

A relação do papel social do professor no desenvolvimento regional e construção da identidade territorial

Autores:

MAICON JOSÉ F. DA S. BARBOSA

ADRIANA LEÔNIDAS DE OLIVEIRA

RESUMO

O propósito deste artigo é analisar como como fatores sociais podem influenciar diretamente na aprendizagem do indivíduo-aluno de ensino superior. Através da revisão bibliográfica e da análise de dados disponíveis em mapeamentos realizados pelo IBGE e o Instituto CEMESP, será possível visualizar a correlação entre formação acadêmica dos estudantes de ensino superior no Brasil e as questões sociais que interferem e quase sempre são determinantes para a construção ou mudança nos contextos sociais e identidades do território.

Palavras chaves: Regional Planning. Public policy. Teacher's role. Territorial Identity.

ABSTRACT

The objective of this article is to analyze how social factors can directly influence the learning of individual higher education students. Through the bibliographic review and analysis of data available in mappings carried out by the IBGE and the CEMESP Institute, it will be possible to visualize the autonomous form between the academic formation of higher education students in Brazil and the social issues that interfere and are almost always decisive for the construction or change in the social contexts and identities of the territory.

Keywords: Regional Planning. Public policy. Teacher's role. Territorial Identity.

INTRODUÇÃO

Falar sobre o ensino superior no Brasil é automaticamente falar sobre condições econômicas e sociais. O objeto-estudo desse artigo é analisar como essas condições influenciam na aprendizagem e na majoração de escolha em determinados cursos superiores. Ao entrar nesse ponto é possível entender a importância do papel social do professor de ensino superior, pois atualmente é notório desde a evolução da aplicabilidade de metodologias ativas de ensino, que muitos métodos só tem efetividade quando o professor conhece o perfil social do indivíduo-aluno. Através da análise das características do território e das condições sociais aferidas no tempo-espaço é possível alcançar o raciocínio pretendido no estudo e entender o impacto do papel social do professor de ensino superior. Os dados analisados serão os do último mapeamento do ensino superior disponível no sitio eletrônico (semesp.org.br) e através do cruzamento de dados de outros portais será construído um comparativo, com finalidade de captar as conexões das informações demográficas e sociais, como o crescimento ou a queda do ensino superior.

REFERENCIAL TEÓRICO

1. Uma breve reflexão sobre a influência do papel social do professor nos avanços de identidade territorial

John Dewey já sinalizava desde 1930 que o aprendizado só tem sentido pragmático quando é possível inseri-lo no dia-a-dia do indivíduo-aluno, evidenciando que a correlação entre teoria e prática deve ser a mais estrita possível. Em seu estudo o autor afirma que o processo educativo não faz sentido, se não envolver todos os participantes desse processo. Para ele, também é essencial que o aluno gere a capacidade de raciocinar e elaborar conceitos próprios, afim de ter subsídios para confrontar ou contribuir ao conhecimento sistematizado.

Em 1975, Kilpatrick (1975), através dos estudos de Dewey, introduziu o método de trabalho com projetos, mudando um pouco as configurações nos métodos de ensino-aprendizagem.

No Brasil, pesquisadores como Anísio Teixeira e Lourenço Filho, foram importantes responsáveis pela disseminação dos estudos e propostas pedagógicas de Dewey (1976) e

Kilpatrick (1975). É importante ressaltar que nessa época, ainda se perseverava o método tradicional de ensino, onde não havia qualquer participação dos estudantes na construção de conceitos científicos, pois os mesmos aprendiam apenas no polo passivo de aprendizagem, somente memorizando os ensinamentos.

Nessa mesma linha de pensamento, Decroly (1929) explicitou a necessidade do estudo partir de centros de interesse, onde era permitido ao indivíduo-aluno escolher a temática a ser desenvolvida.

Ausubel foi outro grande precursor das teorias de Dewey (1976), Decroly (1929) e Kilpatrick (1975), em sua teoria ele explicita que o engajamento do aluno e o conteúdo escolar significativo são condições essenciais para o aprendizado. Segundo ele, deve existir um encadeamento entre essas condições com a vida e as hipóteses do estudante.

Apesar das valiosas contribuições dos pensadores citados para constituições de metodologias visadas em inovar a práxis pedagógica ainda existe um longo processo para a formação eficiente de alunos com senso crítico e humanizado. Ainda que as teorias e estudos científicos sobre o tema estejam em pauta há tempo considerável e que autores mais contemporâneos como Paulo Freire abordem tais teorias como opção imperiosa para superar métodos tradicionais, os avanços nesse sentido permanecem como grandes desafios.

No cerne dessa questão é permissível entender que o papel do professor se expande a questões que transcendem o ambiente escolar. Para Godotti (1998), por exemplo, é essencial que o professor assuma seu papel humano, político e social. Primeiro, por que é necessário se apropriar culturalmente de um território para que as necessidades de crescimento e evolução se reproduzam, para isso a educação pode ser usada como instrumento estratégico de desenvolvimento e construção da identidade territorial.

Todavia, não se pode ignorar que é imprudente ao professor, quando assumir um papel político ou social, se colocar em posição de convencimento de seus ideais. Sua figura deve, antes de tudo, promover o desenvolvimento do senso crítico do indivíduo-aluno, baseando nos próprios subsídios culturais e sociais desses aprendizes. Esse fenômeno só ocorre quando o professor se dispõe a observar e refletir os contextos sociais do indivíduo-aluno. Nesse ponto, cabe mencionar o pensamento de Silva (1992), que em seu estudo pontua sobre os problemas de quando o professor assevera suas preocupações unicamente nos métodos e técnicas, ao tempo em que se afasta dos contextos políticos e filosóficos intrínsecos à realidade dos aprendizes. Segundo ele, “qualquer método ou técnica encontra seus fundamentos numa

psicologia educacional, o que, por sua vez, encontra seus fundamentos numa filosofia da educação.”

A luz desse papel do professor e de sua importância para a transformação social é recomendado ter em mente que a educação possui competência para o desenvolvimento de um território. Nesse sentido, Gadotti (1998) ainda afirma que ao papel do educador compete a reinvenção da educação e criar condições objetivas que terminem numa educação realmente democrática, que possa favorecer o surgimento de pessoas, mais solidárias e preocupadas em superar o individualismo criado pela exploração do trabalho. Outro subsídio relevante sobre o estudo do autor é sua conclusão sobre o que é um indivíduo-aluno politizado. Um estudante politizado é aquele que se envolve tanto no ambiente escolar quanto fora dele, demonstrando interesse pela qualidade e relevância do que é ensinado. Esse aluno se torna mais exigente na relação com os professores, se preocupa com as interações humanas dentro da escola e participa da investigação sobre a gestão escolar, o currículo e o projeto político-pedagógico da instituição.

Ainda nesse horizonte, Gadotti vai assegurar que educar é uma tarefa de partido, de posicionamento, uma vez que só se educa contra ou a favor dos privilégios sociais. Para ele “não educa para a mudança aquele que ignora o momento em que vive, aquele que pensa estar alheio ao conflito que o cerca”.

Stuart Hall (2015) trouxe à essa discussão um ponto importante quando diz que a identidade de um território é construída historicamente através dos diversos atores educacionais que o compõem, como escolas, universidades, fundações, associações, etc. Para ele, esses atores educacionais contribuem socialmente para a construção e mitigação da cultura de um território.

Em derradeiro estudo sobre o território, Santos e Zaberlam (2019), chegaram à conclusão que a identidade territorial representa uma fonte de significados àqueles que a construíram, através de um processo de identificação que se traduz em anseios, lutas, novas rotas e por fim, desenvolvimento. Por este lado, é necessário recapitular que esses significados podem partir ou ser enraizados e reproduzidos em vários lugares, como o ambiente de ensino.

Um dos principais argumentos de Silva (2015) é o de que a formação da identidade territorial está diretamente ligada aos contextos sociais, culturais, coletivos e históricos de cada indivíduo e em cada território. Para o autor, sem esses elementos correlacionados e construídos com a passagem de tempo, é improvável que se construa identidade num território. Pois não

haveria o sentimento de pertencimento, principal motivador de um indivíduo em sua decisão de mudar o território e consequentemente construir uma identidade nele.

Sobre essa linha de pensamento Lefebvre (1991) argumentou que o espaço está sempre em reforma e reproduzido de maneira contínua, onde consequentemente será campo de diferentes interesses sociais e políticos que o modificarão e construirão um patrimônio territorial. De mesmo modo, Bustos Cara (2004) considerou espontâneo o processo de construção de identidade territorial. Ou seja, é um processo motivado unicamente pela vontade do indivíduo em enraizar valores socialmente edificados no espaço-tempo e que fortalecem a relação entre o território e a cultura.

Dadas essas considerações, é tangível que o ofício do professor no âmbito social promove mudanças significativas para o desenvolvimento de uma região ao promover a formação de indivíduos-alunos com senso crítico e subsídios suficientes para refletir e provocar transformações no território ou ciclo social ao qual pertencem. Igualmente não se pode ignorar que as mudanças sociais provocadas por esses indivíduos acabam por transformar concomitantemente as estratégias de ensino e os cenários acadêmicos de uma região.

Sob essa perspectiva é possível concatenar o cenário social de uma região com a evolução do ensino superior, inclusive em áreas e segmentos de formação relacionáveis ao território, seja por condições geográficas, históricas ou sociais. A próxima unidade desse artigo demonstrará a correlação entre o contexto social das regiões do Brasil e os avanços em relação ao ensino superior. Para tanto, serão comparados dados referenciais como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Mapeamento do Ensino Superior no Brasil realizado pelo Instituto SEMESP e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

2. Correspondências territoriais entre o desenvolvimento humano e avanços educacionais no ensino superior

À luz da reflexão sobre a construção da identidade territorial e sobre a influência da educação na transformação do território. É perceptível que a educação influencia seu próprio crescimento, pois a demanda de procura por cursos superiores teve um crescimento que acompanhou o desenvolvimento social de seus territórios, tal como será demonstrado nessa unidade.

Não se pode desprezar o crescimento expressivo que o ensino a distância (EaD) teve no Brasil na última década. Em dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em novembro de 2020, foi constatado que houve um crescimento no ingresso de ensino superior de 474% na última década, todavia esse aumento ocorreu majoritariamente na rede de ensino privada.

O Censo de 2021 registrou que 87,68% das instituições de ensino no país são privadas e apenas 12,2% são públicas. No entanto, é prudente analisar que existem condicionantes sazonais que ocasionaram esse expressivo crescimento do Ead, como a pandemia do Covid-19. Por outro lado, essas métricas não variaram em consideração a toda a série histórica destacada. Segundo o INEP, entre 2011 e 2021, as instituições privadas concentraram 76,9% dos matriculados na educação superior, enquanto 23,1% em instituições públicas.

A partir desses dados, podemos nos questionar sobre os contextos sociais que podem ter ocasionado essa mudança no cenário do ensino superior. Um grande fato a ser encarado é qualidade do ensino, pois embora o ensino superior tenha se tornado mais acessível ao longo dos anos, metodologias e tecnologias mais assertivas em relação ao contexto social do público aluno têm sido bastante ignoradas. Nesse sentido a diretoria do MEC em 2017 noticiou que tratariam a questão com muito cuidado, principalmente se há o oferecimento de uma formação adequada do indivíduo-aluno para inserção no mercado de trabalho ou minimamente suficiente para ele fazer parte do contexto econômico e social do país.

Em contrapartida, não é possível determinar que a desatualização de metodologias e inovações tecnológicas favorecem um distanciamento do papel social do professor em relação ao indivíduo-aluno. Pois como abordado na seção anterior, a escolha de modificar a identidade de um território através da educação é quase exclusiva do indivíduo que o ocupa. Nesse contexto o professor só terá um papel precursor para incitar essa vontade no indivíduo-aluno.

Abaixo é visualizado o comportamento majoritariamente crescente do Índice de desenvolvimento humano dentro entre 2010 a 2021;

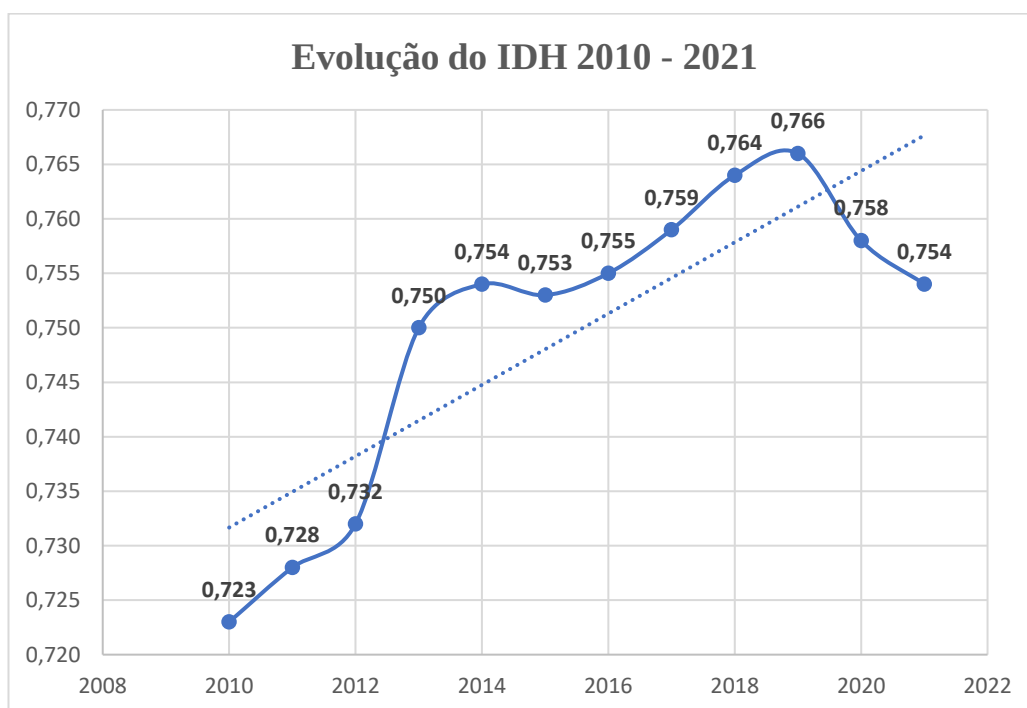


Figura 1 - Fonte: PNDU/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/Relatório de Desenvolvimento Humano/Séries temporais de índices compostos completos com componentes

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é baseado através de três indicadores principais, sejam eles, a saúde, a renda e a educação. A importância desses indicadores se dá pelo seu nível de abrangência, pois, de modo geral, todos os cidadãos do país, em alguma medida, são alcançados por uma dessas variáveis.

Embora o IDH não considere apenas o ensino superior no parâmetro educacional foi possível considerar sua projeção para esse estudo, pois no panorama trabalhista do Brasil o indicador “renda” também é estimulado pelo indicador “educação”, uma vez que quanto maior a formação do indivíduo, maior será a remuneração por sua natureza de ocupação.

Dadas as considerações, é permissível utilizar o IDH como parâmetro para as análises pretendidas neste estudo. A seguir é demonstrado o crescimento do público ingresso em cursos de nível superior no Brasil, utilizando o mesmo recorte temporal da análise do IDH.

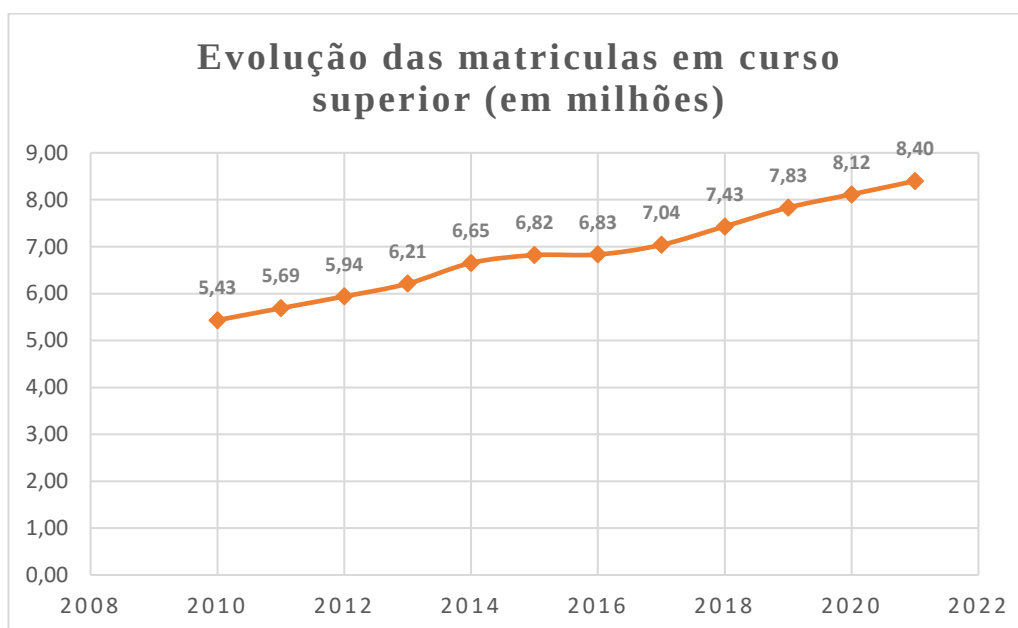


Figura 2 - Evolução da ensino superior - Elaborado pelo autor através de informações coletadas no CENSO SUPERIOR desenvolvido pela INEP

Destarte através da observação dos gráficos e das estatísticas trazidas é confirma a suspeita de que para a educação progredir é necessário que o crescimento surja ou alcance o desenvolvimento humano. Tal desenvolvimento através da educação apenas ocorre quando há análise estratégica dos contextos sociais do indivíduo-aluno. Essa análise pode partir de observações no território e suas associações com os indivíduos que se apropriaram dele.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com o CEMESP, em 2021, os cursos de graduação mais procurados no estado de São Paulo (aqui sendo utilizando como patrono da região Sudeste do Brasil) eram ordinalmente os cursos de Direito, Administração, Psicologia, Pedagogia e Enfermagem. Esses mesmos cursos aparecerão no topo da listagem, em quase todos os outros estados. Durante a análise foi percebido que a variante de região para região eram as disposições que os cursos eram ranqueados. Em algumas regiões apareceram cursos como nutrição, medicina, engenharia civil e arquitetura, ocupando os primeiros lugares em busca e ingresso. Essa pequena amostragem qualitativa revela, ainda que de maneira superficial, que existe uma preponderância do indivíduo-aluno na procura de cursos superiores que os tornem aptos à promoverem mudanças significativas em seus contextos sociais. Sejam em áreas que os tornarão capazes de cobrar a execução e garantia dos direitos adquiridos pelas leis, ou em áreas que lhe trarão

subsídios para modificar o território, ou em áreas que contribuirão para melhorar a qualidade de vida da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É certo que direitos só devem ser reivindicados por aqueles que melhor saberão o que fazer com ele, o professor de ensino superior existe para instruir esse ofício. Nesse horizonte, através das análises realizadas, pode-se reafirmar que o papel que o professor ocupa hoje, vai além do ofício de ensinar. À ele também cabe o papel de observar e aprender com a carga social e identitária trazida pelo indivíduo-aluno. Em todas as reivindicações, formações de senso crítico ou até mesmo na reafirmação de um direito, existirá um papel fundamental ocupado apenas pelo professor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUSUBEL, D.P. Educational Psychology: A Cognitive View. New York, Holt, Rinehart and Winston, 1968.
- DEWEY, J. Experiência e educação. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1976. v. 131.
- DECROLY, O. Problemas de psicologia y de pedagogia. Madrid: Francisco Beltran, 1929.
- LEFEBVRE, H. The Production of Space. Trad. Donald Nicholson-Smith. Oxford: Basil Blackwell, 1991.
- KILPATRICK, W. H. Educação para uma civilização em mudança. 13. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975.
- GADOTTI, MOACIR (1998): Pedagogia da práxis, 2.^a ed., São Paulo, Cortez.
- SILVA, E. T. (1992): Os (des)caminhos da escola: traumatismo educacionais, 4.^a ed, São Paulo, Cortez.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.
- SANTOS, B. D. dos; ZAMBERLAN, C. O. EDUCAÇÃO, CULTURA E A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE TERRITORIAL. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, [S. l.], v. 15, n. 6, 2019. DOI: 10.54399/rbgdr.v15i6.5199. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5199>. Acesso em: 26 jan. 2023.
- SILVA, Roberto do Nascimento e. A enogastronomia no processo de formação de identidade territorial do vale dos Vinhedos/RS. 2015. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11624/803>. Acesso em: 26 jan. 2017.

XIII CICTED
CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO

BIOMAS DO BRASIL
diversidade, saberes e tecnologias sociais



50

